

CHAMADA PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS Nº 3

# OPINA Rio

coletânea de textos referência  
sobre desenvolvimento no Estado  
do Rio de Janeiro

## COORDENADORES DA PUBLICAÇÃO

**Bruno Leonardo Barth Sobral**  
Leandro Galheigo Damaceno

CHAMADA PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS Nº 3

# OPINA Rio

coletânea de textos referência  
sobre desenvolvimento no Estado  
do Rio de Janeiro

## COORDENADORES DA PUBLICAÇÃO

**Bruno Leonardo Barth Sobral**  
Leandro Galheigo Damaceno

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / NPROTEC

O61 Opina Rio. [recurso eletrônico] / Organização: Bruno Leonardo Bath Sobral, Leandro Galheigo Damaceno. – Rio de Janeiro : GestRio, 2023.  
1 recurso online (28 p.) : ePub. – (coletânea de textos referência sobre desenvolvimento no Estado do Rio de Janeiro).

ISBN 978-85-60724-06-2

1.Administração pública – Rio de Janeiro (Estado) I. Sobral, Bruno Leonardo Bath. II. Damaceno, Leandro Galheigo. III. Sindicato dos Gestores Públicos do Estado do Rio de Janeiro. IV. Série.

CDU 351

Bibliotecário: Raphael Vilas Boas CRB-7/7446

# **REDE DE ESTUDOS EM PLANEJAMENTO E POLÍTICA PÚBLICA REGIONAL ORIENTADA AO RIO DE JANEIRO – REDE PRÓ-RIO**

Coordenação do Projeto

Bruno Sobral

Bruno Cabral

Victor Figueiredo

Juliana Menoio

Maria Eduarda Honório

## **SINDICATO DOS GESTORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – GESTRIO**

LEANDRO GALHEIGO DAMACENO

## **COMPOSIÇÃO, DESIGN E DIAGRAMAÇÃO**

Juliana Menoio

RIO DE JANEIRO  
Dezembro de 2023

## **Fundo soberano do Estado do Rio de Janeiro: Instrumento de Desenvolvimento e fonte de Soft Power**

Eduardo Bassin, economista, mestre em economia pela UFRRJ

### **Introdução**

Fundos Soberanos de Riqueza são instrumentos de investimentos amplamente utilizados em escala global e com poder de atuação suficiente para mudar para melhor o cenário econômico dos estados detentores, seja através de investimentos financeiros, seja em atividades produtivas ou obras de infraestrutura. O objetivo deste artigo é apresentar algumas considerações em relação a estrutura de governança e transparência do Fundo Soberano do Estado do Rio de Janeiro e sinalizar que este fundo é uma considerável alternativa para a promoção do desenvolvimento da economia fluminense e fonte de aumento do poder de influência do estado.

### **Fundo Soberano, desenvolvimento e soft power fluminense**

Sob inúmeros aspectos a transferência da capital do país para Brasília em 1960 é tida como uma espécie de divisor de águas para o Estado do Rio de Janeiro. Antes visto como uma espécie de caixa de ressonância para o país e como um grande detentor de pujança econômica em função do volume de investimentos e de grande parte dos gastos do governo aqui se realizarem, após a transferência o Rio de Janeiro foi posto diante de crescentes desafios de ordem política e econômica, que contribuíram de forma decisiva para o atual quadro de desestruturação social

seja através da expansão das milícias que tem parte de seu embrião gerado nas atividades de repressão iniciada em 1964, que foram mais violentas por aqui, seja na falta de oportunidades de emprego e fuga de pessoas para outras cidades com qualidade de vida mais elevada. Essas mazelas geram crescente instabilidade, o que colabora para aprofundar os problemas, gerando mais instabilidade, num círculo vicioso que parece não ter data para acabar.

No decorrer do tempo, pós perda da capital, houve momentos marcados por desafios crescentes como a crise dos anos 1980 (Década perdida), mas também houve momentos positivos dos quais cabe destacar a consolidação do chamado ouro negro para a economia fluminense na década de 1990, período da chamada inflexão positiva. Os recursos provenientes dessa atividade apresentaram papel decisivo na economia local, que dada sua expressividade contribuiu para levar o estado a um quadro de dependência e vulnerabilidade a tais recursos, culminando com a necessidade da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal no ano de 2017.

Cabe observar que a relação média entre RPE (Royalties e Participações Especiais) e Receitas Orçamentárias para o período compreendido entre 2000 e 2020 do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) é de 11,27% ao passo que o Estado do Espírito Santo (EES) apresenta 4,74% e o Estado de São Paulo apenas (ESP) 0,21%. Analisando a razão entre ICMS e Receitas, para o mesmo período, temos 47,85% (ERJ), 56,47% (EES) e 62,29% (ESP).

É necessário fazer duas considerações: a) a comparação do Estado do Rio de Janeiro com o Estado do Espírito Santo e o Estado de São Paulo ocorre em função desses três estados comporem a tríade dos royalties no Brasil. Enquanto o ERJ auferem em média (período de 2000 a 2020) 79,4% do volume total de royalties e participações especiais, EES ganha 7,7% e ESP fica com 3,8%, b) analisar a relação de RPE/Receitas e ICMS/Receitas é importante em função dos RPE serem de certa forma imprevisíveis em função de variação cambial e variação na cotação do petróleo ao passo que a arrecadação de ICMS ser mais previsível, tornando o planejamento financeiro menos desafiador.

Os desafios estavam postos e o horizonte que se avizinhava em função da citada dependência dos recursos do petróleo leva a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro a aprovar o Fundo Soberano do Estado do Rio de Janeiro (FSERJ) em março de 2022, tendo como pilar declarado a busca por formas de diversificar a base produtiva do estado e construir um futuro para além do petróleo.

Fundos Soberanos são instrumentos de investimentos de propriedade de um governo nacional (país) ou subnacional (estado ou município) e são constituídos com recursos provenientes de royalties, superávits ou recursos recebidos em decorrência de processos de privatização, logo, são recursos públicos. Este fato já seria suficiente para que os fundos soberanos fossem alvo de um exame mais atencioso por parte da sociedade, mídia e mercado financeiro. Como se não bastasse, persiste a crença de que esses fundos estariam desempenhando uma função que caberia exclusivamente a iniciativa privada, o que é uma falácia.

A conjunção desses dois fatores torna a indústria de fundos soberanos uma espécie de vidraça perfeita.

A adoção de medidas e ações que assegurem robustez necessária a governança e transparência dos fundos é fundamental para o sucesso e longevidade destes e contribui para a diminuição da margem para críticas que visem minar sua credibilidade.

Da forma como se encontra no momento em que esse artigo é redigido, a estrutura de governança e transparência do FSERJ está aquém do desejável. Em recente estudo conduzido pelo Instituto de Estudos de Fundos Soberanos (IEFS), o FSERJ ficou em último lugar, junto com o Fundo Soberano de Saquarema, no Ranking Nacional de Fundos Soberanos. Do total de 20 itens avaliados, o fundo do Rio de Janeiro alcançou apenas três. O Modelo de Avaliação de Fundos Soberanos (MAFS), instrumento utilizado pelo IEFS para avaliar os fundos, contempla itens com grande abrangência que buscam testar os fundos avaliados nos quesitos governança e transparência.

Para ilustrar o quadro geral, dentre os itens mais simples e fáceis de praticar há uma pergunta sobre a existência de site próprio para divulgar informes, notícia e informações financeiras. O FSERJ não pontuou. Outro ponto que merece registro é a ausência de uma Política de conflito de interesses e de um código de ética e de conduta por parte do fundo fluminense. Além disso, promover ampla divulgação do propósito de um fundo soberano para a sociedade, que é a proprietária do fundo, é uma iniciativa de grande importância que o FSERJ não adota.

Considerando o histórico do Estado do Rio de Janeiro tendo a transferência da capital como linha de corte, o sucesso do FSERJ é fundamental para a diversificação e incremento da atividade econômica. Ainda que o patrimônio de 2,89 bilhões de Reais não seja suficiente para fazer frente à todas as necessidades de investimento do Estado, sua atuação bem estruturada e amparada por um planejamento estratégico de longo prazo

desempenharia um relevante papel de sinalização à iniciativa privada sobre a direção dos investimentos, o que tenderia a induzir novos investimentos, iniciando um círculo virtuoso.

Diante do recente histórico de políticos e governadores fluminenses envolvidos em práticas nada republicanas, a boa atuação do FSERJ, além de um alento, pode (e deve) ser um instrumento para aumentar o soft power fluminense. Ter um Fundo Soberano bem gerido e com resultados concretos para a sociedade funcionaria como um atestado de bom gestor para o estado, e atuaria como uma peça fundamental para atrair novos investimentos. Aqui cabe citar o Fundo Soberano da Noruega. Atualmente não há debates sobre fundos soberanos que não cite o fundo norueguês, seja em função do seu tamanho, sua pujança ou suas práticas de governança e transparência de classe mundial. Citações continuadas e bem fundamentadas são uma prática que reforçam o soft Power daquele fundo e do país sede.

Parece haver unanimidade em relação ao tamanho dos desafios que o Estado do Rio de Janeiro precisa vencer. Que o Fundo Soberano fluminense exerça o papel que está gravado em seu DNA.

## Conclusão

O Estado do Rio de Janeiro atravessa um momento de grandes desafios na esfera política e econômica que inevitavelmente ocasionam ou colaboram para o incremento de problemas sociais. A detenção do título de líder nacional em recebimento de royalties e participações especiais é uma grande vantagem em relação aos demais entes da federação, entretanto, é necessário que tal diferencial seja utilizado de forma a atenuar a forte vulnerabilidade que a economia fluminense mostra em relação àqueles recursos. Ainda que não seja trivial, o caminho existe e passa pela utilização do Fundo Soberano do Estado do Rio de Janeiro como um instrumento para incrementar o desenvolvimento social e econômico do estado. Apesar de os fundos soberanos serem alvo de críticas, experiências internacionais mostram que esses instrumentos de investimentos têm papel relevante para alavancar a atividade econômica daqueles que utilizam seus recursos de forma adequada.